

# **Globalização e Blocos Regionais: considerações teóricas e conclusões sobre a inserção brasileira no novo cenário internacional**

**Maria de Lourdes Rollemberg Mollo**

**Adriana M. Amado**

## **Introdução**

Este artigo procura discutir os argumentos teóricos embutidos nas diferentes posições sobre liberalização econômica, globalização financeira e formação de blocos regionais, de forma a destacar, ao confrontá-las, as justificativas para as diferentes prescrições favoráveis e contrárias à sua adoção. Interessa-nos, em especial, os pressupostos e as análises do ponto de vista monetário, sobretudo porque um dos traços marcantes do atual processo de globalização é a liberalização financeira, e a negociação livre de moedas como ativos financeiros neste contexto. Esta discussão, realizada na parte 1 deste trabalho, nos permitirá, na parte 2 e nas conclusões, emitir nossa própria opinião sobre o assunto, tirando conclusões para o Brasil.

É cada vez mais comum, nas discussões econômicas do “*mainstream*”, usar de certo “pragmatismo” ao incorporar às análises econômicas factuais elementos alheios à teoria econômica do analista, apenas porque sem tais acréscimos a teoria acha-se impotente para explicar a realidade concreta. É o que se percebe quando Krugman, tradicional defensor dos mercados (Krugman, 1991), reconhece a necessidade de controles do movimento de capitais (Krugman 1999), ou quando Dornbusch, conhecido defensor das taxas flutuantes (Dornbusch, 1983), passa a propor a taxa fixa para países em desenvolvimento (Dornbusch, 1999). Por maior que seja o pragmatismo de tais atitudes, elas carecem de justificativa teórica convincente e acoplam à teoria elementos alheios à sua lógica.

Nosso trabalho, ao contrário, ao examinar os pressupostos teóricos diferentes e confrontá-los nas conclusões, destaca o instrumental que, cremos, melhor reflete a realidade econômica atual e discute o que esperar da evolução dos fatos e a conveniência ou não da liberalização, da globalização financeira e da formação de blocos regionais a partir do prescrito como resultado pelas teorias.

## **1) Liberalização econômica e globalização financeira**

### **1.1) A postura liberal ortodoxa**

As prescrições liberais não surgiram do nada, mas são baseadas, como sabemos, na filosofia individualista. O comportamento do cidadão em seu próprio

benefício é considerado o mais eficiente, tanto em termos individuais quanto em termos sociais, e é o respeito à liberdade individual e às iniciativas privadas que tende a fazer do livre jogo das forças de mercado o melhor regulador econômico (Smith, 1983; Hayek, 1960; Buchanan e Tulloc, 1971, Buchanan, 1975, Lucas, 1972).

Fundamental para o argumento liberal é o suposto de que a economia é inerentemente estável, o que conduz à idéia de que ela tende a encontrar a trajetória de equilíbrio de pleno emprego a longo prazo. Para alcançar tal trajetória é mister que os mercados sejam livres de forma a permitir que as preferências individuais se definam e se explicitem por meio de ofertas e procura se igualando nos diferentes mercados ou, na versão mais recente da ortodoxia, que as expectativas racionais se estabeleçam, garantindo o equilíbrio a curto ou a longo prazo.

Entre os mercados importantes para a determinação do pleno emprego a longo prazo está o de fundos de empréstimos ou de poupança e investimento. Este mercado é fundamental na concepção liberal porque, para esta, deve haver poupança prévia suficiente para financiar o investimento. A poupança, vista como abstinência de consumo presente, é remunerada pela taxa de juros e financia o investimento, que por sua vez gerará os aumentos de renda da economia. Neste tipo de raciocínio, portanto, uma taxa de juros elevada é importante para garantir um comportamento frugal dos indivíduos, comportamento este adequado e suficiente para prover o financiamento do investimento. Este, por sua vez, tenderá a ser “sadio”, segundo os neoclássicos, se financiado por decisões voluntárias de não consumo dos indivíduos.

Neste tipo de raciocínio a instabilidade ou é associada a ciclos transitórios até que se encontre o equilíbrio de pleno emprego ou, quando vista como danosa, é associada a fatores exógenos. No primeiro caso é preciso observar que a análise ortodoxa dos ciclos costuma atribuí-los a mudanças tecnológicas (ciclos reais), ou a informação imperfeita (confusão entre nível geral de preços e preços relativos dos bens que interessam na decisão econômica), ou mesmo a ajustamento do mercado de trabalho em vista de mudanças setoriais no caso dos chamados novos-clássicos, ou ainda a rigidez de salários e/ou preços, no caso dos novos-keynesianos. Em qualquer destes casos as flutuações são causadas por fatores reais. Interessa-nos aqui tratar sobretudo dos fatores monetários, mais ligados aos problemas da globalização. No segundo caso, dos fatores exógenos, a instabilidade é proveniente de choques provocados por catástrofes naturais, ou por interferências alheias às preferências individuais, nas quais se baseiam a oferta e a procura. Entre estes choques exógenos

está a intervenção estatal em geral, e a intervenção monetária em particular, que nos interessa aqui analisar, capazes de provocar desajustes e instabilidade.

No que se refere aos choques monetários provocados pelas Autoridades Monetárias, o argumento liberal é o de que uma impulsão monetária consegue no máximo alterar transitoriamente os preços relativos e, então, a economia real, mas este efeito é rapidamente neutralizado pelo próprio comportamento dos agentes económicos, restando como efeito permanente apenas o do crescimento do nível geral de preços, ou a inflação. Assim, não há vantagem nestes choques monetários para a economia como um todo, e eles tendem a dificultar a percepção dos agentes económicos retardando, então, os ajustamentos para o equilíbrio, o que mostra seu carácter negativo desaconselhando, para os liberais, a ação monetária estatal .

Se a economia é aberta ao exterior esta ação do Estado pode ser contrabalançada e evitada, razão pela qual a abertura financeira é vista como interessante pelos liberais. O argumento, nesta etapa do raciocínio, é de que, com a globalização financeira e a movimentação livre de capitais, o aumento da quantidade de moeda provocado pelas Autoridades Monetárias nacionais tende a ser diluído rapidamente, o que neutraliza o efeito da impulsão monetária sobre a economia. A idéia aqui é a de que o aumento da quantidade de moeda provoca queda da taxa interna de juros, o que expulsa capitais para o exterior, reduzindo internamente a oferta monetária e suavizando o ciclo económico. Com taxa de câmbio fixa, isto ocorre porque a entrada de capitais, ao reduzir a taxa de juros, expulsa capitais para o exterior, e com taxas flexíveis, isto ocorre porque a expectativa de depreciação cambial com o aumento inicial da quantidade de moeda criada pelo governo, incita os capitais a fugirem do país e desestimula novas entradas. O argumento, pois, para a defesa da globalização financeira, é o de que ela conduz a maior estabilidade económica, porque neutraliza ou contrarresta a ação monetária estatal provocadora de instabilidade.

Além de adequadas para garantir estabilidade, a liberalização e a globalização financeiras são vistas pelos liberais como formas de reduzir as desigualdades entre os países. Desta vez, a justificativa é a de que existem rentabilidades reais diferenciadas por trás dos diferenciais de juros entre países. Espera-se, dentro do argumento liberal, que os países menos desenvolvidos, que contam com maiores oportunidades de investimento e menor volume de capital, apresentem produtividade marginal do capital maior e, então, rentabilidades maiores que se refletem nas taxas de lucro e/ou

de juros superiores (na ausência de impulsões monetárias internas). Assim, o movimento livre de capitais tenderia a promover migração de poupanças dos países mais desenvolvidos para os menos desenvolvidos, ampliando o investimento e a renda destes últimos e reduzindo as desigualdades (Williamson, 1996).

Do ponto de vista financeiro, os liberais do *mainstream* raciocinam como se houvesse sempre um lastro em poupança nos depósitos bancários, e estes fossem os responsáveis pelos empréstimos. Assim, abrir os mercados financeiros significa abrir as possibilidades de transferências de poupanças entre regiões, de forma convergente, já que as oportunidades mais rentáveis de investimentos estariam nas regiões menos desenvolvidas, enquanto as mais desenvolvidas tenderiam a ter superavit de poupanças (Amado, 1999).

A percepção de maior estabilidade tendencial com mercados liberados não vem sendo concretizada na prática, como é possível perceber pelas inúmeras crises financeiras da economia globalizada. Tais problemas, ao longo do tempo, foram atribuídos a distorções econômicas causadas pelo Estado ou por imperfeições de mercado, fatores sempre exógenos ao funcionamento do mercado. Observe-se, por exemplo, a análise feita por Krugman (1998) das crises financeiras. Ele as atribui à facilidade com que as Autoridades Monetárias cumprem seu papel de prestador em última instância, um fator exógeno, utilizado para explicar a perda de eficiência dos mercados.

Mais recentemente, quando as crises se abateram sobre os mercados financeiros, vistos, em regra, como muito eficientes, observou-se no *mainstream* certa perplexidade. De forma a adaptar o instrumental teórico e torná-lo próximo à realidade, os autores do *mainstream* vêm introduzindo análises das chamadas bolhas especulativas. Nestas análises, as bolhas especulativas são atribuídas à “irracionalidade” dos agentes, como no caso do “efeito de manada”. O que se destaca neste tipo de explicação é a precariedade de um instrumental teórico que supõe o equilíbrio a curto ou a longo prazo, para explicar uma economia movida por conflitos de interesses, contradições e vulnerabilidades que conduzem à instabilidade e às crises. Fora dos fatores exógenos só resta ao *mainstream* explicações como a do “efeito de manada”. Como o próprio nome indica, a teoria, na falta de explicação para um comportamento mimético real, passa a atribuí-lo à irracionalidade dos agentes econômicos. Assim fazendo, transforma-o em evento exógeno, garantindo simultaneamente a estabilidade no que tange ao mecanismo de mercado constituído

por agentes “racionais”, e a adaptação da realidade à teoria.

## **1.2) A postura anti-liberal pós-keynesiana**

Ao contrário, as teses anti-liberais chamam atenção para o caráter instabilizador e ampliador de desigualdades que o mercado tem e que a globalização financeira tende a ampliar.

No que se refere à instabilidade, os anti-liberais exploram sua relação com os mercados financeiros e monetários. As correntes baseadas em Keynes (1970) retomam dele a idéia de instabilidade ampliada com os mercados financeiros. Nestas argumentações destaca-se, em primeiro lugar, a idéia de liquidez evoluindo de forma pró cíclica e então ampliando-se nas fases de crescimento com o otimismo dos agentes econômicos e reduzindo-se drasticamente nas fases de recessão, justamente quando as economias mais precisam de meios de financiamento.

Dizia Keynes, a este respeito que

Se nos é permitido aplicar o termo especulação à atividade que consiste em prever a psicologia do mercado, e a palavra empreendimento à que consiste em prever a renda provável dos bens durante toda a sua existência, de modo algum se pode dizer que a especulação sempre prevaleça sobre o empreendimento.

Contudo, o risco de um predomínio da especulação tende a aumentar à medida que progride a organização dos mercados de investimento. ....Os especuladores podem não causar dano quando são apenas borbulhas numa corrente firme de empreendimento; mas a situação torna-se séria quando o empreendimento se converte em borbulha no turbilhão especulativo (Keynes, 1970, p.155-156).

Ora, com a liberalização dos mercados e o crescimento das operações envolvendo títulos de diferentes naturezas, e até moedas, cresceu muito a possibilidade de realização de operações especulativas. Estas, se por um lado refletem a liquidez dos mercados, liquidez que para Keynes acalmava os nervos do investidor, animando-o a correr riscos, por outro lado estes mercados liberalizados podem significar estruturas financeiras frágeis, entradas e saídas pró-cíclicas de capital e redução dos investimentos de longa maturação. Minsky (1980, 1982), por exemplo, explora o super endividamento esperado quando a economia vai bem e empresários (devedores) e bancos (credores) confiam no futuro, o que leva ao crescimento do endividamento. Este crescimento fragiliza a estrutura financeira, uma vez que

aumenta a proporção de unidades especulativas e Ponzi na economia. A ruptura do financiamento, ou a deteriora nas condições de financiamento, nestas circunstâncias, tende a levar a crises, uma vez que o aumento da taxa de juro dificulta o refinanciamento, exige a venda de ativos em geral, o que leva à queda dos preços dos ativos e, conseqüentemente, à transformação de unidades *hedge* em especulativas e de especulativas em Ponzi..

Dow (1993), por sua vez, analisa esta maior instabilidade em economias abertas olhando para os regimes de câmbio. Segundo ela, se o câmbio é fixo, a oferta de financiamento é mais elástica do que em economias fechadas e esta oferta de financiamento tem efeito pró cíclico, ampliando-se quando tudo vai bem e há superávit no Balanço de Pagamentos e reduzindo-se justamente quando há déficit e a economia precisaria de maior liquidez. Com câmbio flexível, é a demanda de financiamento que é mais elástica em economia aberta do que em economia fechada. Neste caso, as mudanças esperadas no câmbio alteram a facilidade com que a moeda interna se converte em internacional e a demanda de financiamento opera de forma pró cíclica, ampliando a dimensão do ciclo e, assim, a instabilidade econômica. Quando, por exemplo, se espera apreciação da moeda nacional, é fácil dispor de liquidez, porque entra capital com facilidade, e é fácil converter moeda doméstica em internacional, reduzindo a preferência pela liquidez em geral. O contrário ocorre, porém, quando se espera depreciação da moeda. Nestes momentos é difícil converter moeda doméstica em internacional, porque a entrada de capitais se reduz e, ao mesmo tempo, a incerteza amplia a demanda por liquidez nestas circunstâncias, reduzindo sua disponibilidade relativa.

Quanto ao aumento das desigualdades, os autores pós-keynesianos chamam atenção para o fato de que quando os países são menos desenvolvidos e devedores as restrições de liquidez tendem a ser agravadas em qualquer regime cambial, em função do peso do serviço da dívida que se adiciona às demais saídas de capital.

As teorias pós-keynesianas recuperam também, a respeito da desigualdade, as idéias de Keynes sobre a preferência pela liquidez e o mercado financeiro. No que se refere à preferência pela liquidez, mostram que ela tende a ser maior nos países e regiões menos desenvolvidos, reduzindo os investimentos e, então, o crescimento relativo da renda (Amado, 1997 e 1999) e Dow (1993).

Ao destacar a maior instabilidade e a maior desigualdade na abertura ao movimento de capitais, os pós-keynesianos chamam atenção para a perda de controle

pelos governos. Quando a economia é fechada o governo consegue administrar melhor a incerteza, fonte de instabilidade para Keynes, por meio de medidas contracíclicas e regulamentação dos mercados. Este poder é perdido quando a dimensão dos mercados financeiros se amplia o que ocorre com a globalização, sobretudo porque os próprios Estados nacionais passam a ter dificuldade para implementar suas políticas. Com esta dimensão ampliada cresce, pois, a instabilidade e a desigualdade. As avaliações pós-keynesianas da liberalização da globalização financeira chamam então atenção, em primeiro lugar, para a ausência de mecanismo de regulação que proteja o andamento da economia das insuficiências do mercado (Coutinho e Belluzzo, 1996); e para perda de margem de manobra das políticas econômicas (Plihon, 1996) .

Além disso, destacam que não apenas os capitais das aplicações de portfólio seriam responsáveis pela instabilidade cambial e financeira internacional. Mesmo os capitais que migram para investimento direto podem sair mais facilmente com os movimentos financeiros liberados, uma vez que a engenharia financeira hoje utilizada permite que, sem vender o título original que deu origem ao investimento, seja possível transformá-lo em instrumento financeiro de curto prazo, tornando qualquer investimento líquido (Kregel, 1996). Kregel argumenta que muitas vezes o investimento direto é considerado preferível ao investimento de portfólio por evitar cláusulas de juros fixos e dar maior mobilidade ao aplicador, exatamente o oposto do que se argumenta comumente. As características do investimento direto atual o aproximam cada vez mais do investimento de portfólio, incluindo o fator mobilidade, já que uma das características atuais desse tipo de investimento é o seu uso para compra de firmas e do controle acionário das mesmas, o que amplia a mobilidade e a volatilidade do mesmo. Outra característica dos investimentos diretos refere-se ao retorno do mesmo. Uma vez que esse tipo de investimento envolve maiores riscos, seus retornos também tendem a ser maiores. Isto compromete de forma mais intensa as contas externas dos países receptores, já que a perspectiva desses investimentos é a repatriação. Desta maneira, os investimentos diretos teriam efeitos significativos tanto em termos de política cambial quanto de administração de reservas, com impactos tão consideráveis na instabilização das economias nacionais e internacional quanto os investimentos de portfólio.

Mesmo as vantagens da liberalização no que tange ao aumento da concorrência são desmistificadas por Kregel. Para ele estas vantagens devem ser questionadas com base na ampliação das operações intra-firma que a globalização vem permitindo. As

firmas multinacionais, ao terem uma abrangência geográfica maior, acabam ampliando a escala das operações que são realizadas internamente. Neste sentido, com a globalização estaria havendo uma tendência à redução do espaço de atuação da concorrência, em vista da heterogeneidade de poder de mercado dos participantes com a concentração de ganhos em poucas empresas de grande porte, e não sua ampliação “benéfica”, como postulam os liberais.

Quando se pensa em termos de países dentro de blocos econômicos regionais, ou seja, países que são integrados tanto em termos financeiros/monetários quanto reais é de se esperar uma maior preferência pela liquidez nos países menos desenvolvidos, tanto pelo motivo precaucional quanto pelo motivo especulativo. No primeiro caso, observam-se nos países menos desenvolvidos trajetórias de crescimento mais instáveis, e mercados financeiros menos desenvolvidos. Assim, não apenas a incerteza é maior, mas há maior dificuldade para geri-la com compra e venda de ativos líquidos. O resultado é uma demanda maior de moeda precaucional. No segundo caso, de demanda especulativa de moeda maior, ela decorre tanto da maior instabilidade nestes países menos desenvolvidos, quanto do fato dos mercados financeiros serem pequenos. Assim, observa-se que a retenção de liquidez aumenta ou ela tende a ser aplicada em regiões mais desenvolvidas. Assim, tanto no caso da demanda precaucional maior, quanto no de demanda por especulação aumentada, temos uma drenagem de recursos líquidos que, de outra forma, seriam investidos ampliando o crescimento.

À maior demanda de moeda para os motivos precaução e especulação, somam-se outros fatores que por si só implicam menor disponibilidade de liquidez pelo lado da oferta em países menos desenvolvidos. Em primeiro lugar, temos um nível de renda mais baixo nestas regiões, o que por si só conduz a maior relação encaixe/depósito. Além disso, nestes países grande é a participação do setor informal, que participa pouco do mercado financeiro. Finalmente, estes países tendem a ter um desenvolvimento muito dependente do exterior em matéria de importações e exportações. Isto não apenas amplia a incerteza como aumenta os vazamentos de renda. Estes, vimos, já são grandes em vista de maiores possibilidades de aplicações em mercados financeiros de países e regiões mais desenvolvidos. Assim, observa-se, pelo lado da oferta, que a disponibilidade menor de liquidez e os maiores vazamentos dela reduzem os multiplicadores monetários, impedindo que o desenvolvimento possa ser estimulado como ocorre nos países mais desenvolvidos.



### **1..3) Os anti-liberais marxistas**

Para os marxistas, a desigualdade e a instabilidade se relacionam aos problemas do capitalismo em escala ampliada, problemas que Marx atribuía fundamentalmente à oposição entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas, baseada na exploração, mas também à concorrência e à anarquia da produção. A partir destas análises, Marx estabelece as leis de movimento do capitalismo, que ampliam as desigualdades via concentração e centralização do capital e desemprego em massa, e que tendem a conduzir a crises sistemáticas (Marx, 1971).

No que se refere especificamente à instabilidade financeira, característica da economia globalizada, os autores marxistas, a partir das idéias de Marx, atribuem-na, em primeiro lugar, ao papel da moeda quando esta, com a globalização, passa a ser vista como mero ativo financeiro a negociar (Brunhoff, 1996). Na concepção marxista a moeda é relação social que liga processos, etapas de produção e classes e articula produção, circulação e distribuição. Cada estrutura produtiva nacional tem particularidades que se refletem nas moedas nacionais e nas flutuações das mesmas relativamente à moeda internacional. Estas flutuações foram ampliadas enormemente quando as moedas nacionais passaram a ser negociadas internacionalmente como ativos financeiros, o que dificulta o papel de equivalente geral que a moeda precisa cumprir a nível nacional.

Ainda quanto à instabilidade, os argumentos podem ser encontrados nas análises marxistas do capital fictício. Para Marx o processo normal de acumulação, mesmo numa economia fechada, tende a gerar um sistema de crédito e este, ao se desenvolver, tende a permitir práticas que levam ao crescimento do capital fictício. O capital fictício surge e se desenvolve a partir do sistema de crédito quando o pagamento de juros torna-se prática consolidada e generalizada. Nestas circunstâncias, segundo Marx, qualquer soma de valor que não se gasta como renda é vista como capital, e aparece como principal em oposição aos juros virtuais ou reais que pode dar origem (Marx, 1974, p. 430). Assim, qualquer título que dá direito ao recebimento de juros é visto como um capital e seu valor, fruto de capitalização destes juros. Tal capital é visto por Marx como fictício, no sentido de que não apenas não foi aplicado na produção mas, além disso, tem valor determinado por mera capitalização, sem relação direta com o valor trabalho, que determina, para Marx, o

valor das mercadorias. O desenvolvimento deste capital, para Marx, pode facilitar num primeiro momento a acumulação de capital, o que impede que ele seja visto como ilusório (Mollo, 1989). É o caso das ações nas sociedades anônimas. Neste caso, a centralização do capital é facilitada e isto permite que o capital ganhe escala e impulso no processo de acumulação. O desenvolvimento do capital fictício, contudo, significa progressivo descolamento da estrutura financeira relativamente à estrutura produtiva e encontra limites nas crises que provoca. Nelas, Marx observa o caráter especulativo do capital fictício, e a diferença entre valor do título e o valor do capital real que lhe deu origem aparece com toda nitidez.

Inspirados na noção de capital fictício desenvolvida por Marx, os autores de concepção marxista (Chesnais, 1994, 1996; Guttmann, 1996) chamam atenção para os riscos envolvidos no crescimento acentuado das transações financeiras, funcionando como punção de recursos que de outra forma seriam aplicados em aumento de produção. Para Guttmann (1996), a proliferação de novas formas de moeda privada levou a dificuldades de controle das dinâmicas monetárias por parte das Autoridades Monetárias. A perda de controle, por sua vez, conduziu a mudança estrutural no sistema de crédito, cujo mecanismo de regulação passou a ser as taxas de juros elevadas. Tais taxas elevadas e a volatilidade dos capitais financeiros com a abertura dos mercados de capitais a nível internacional impulsionaram enormemente o crescimento do capital fictício, transformando “em atividade permanente e supercíclica” (Guttmann, 1996, p. 69) a especulação temporária.

Enquanto as coisas andam bem na economia o capital fictício alimenta-se de rendas reais, mesmo que não esteja apoiado no capital industrial. A facilidade com que os títulos são vendidos, revendidos, transformados em outros é enorme e isso dá ao capital fictício flexibilidade de movimento, como Marx percebeu. Guttmann (1996) observou para os EUA que a disseminação do capital fictício “é a principal razão pela qual aumentou a proporção de transações financeiras em relação ao produto interno bruto de 15:1 em 1970, para 30:1 em 1980 e 78:1 em 1990 “ (p.70). O aumento das sociedades por ações, por sua vez, e da amplitude dos mercados onde estas ações são negociadas são indícios de crescimento da instabilidade do capitalismo (Itoh e Lapavistas, 1999), exatamente porque ampliam o movimento do capital fictício.

Mas a maior flexibilidade deste tipo de capital, permitida pela perda de ligação direta com o valor-trabalho, é também a causa da queda brusca do seu valor,

em decorrência de rumores “ou más notícias” que antecipem a recessão. O peso maior do capital fictício e a amplitude do espaço em que circula com a globalização financeira, fazem com que tais quedas abruptas de preço transformem-se em crises. É isto que explica porque a fase de crise no capitalismo começa tipicamente com colapso dos preços das ações, iniciando cadeia de falências (Itoh e Lapavistas, 1999), traço comum nas crises. Estas crises mostram que a autonomia do capital financeiro é apenas relativa com relação ao capital produtivo (Mollo, 1989 a), e que a perda de relação com o valor-trabalho tem limites.

Mais importante ainda, do ponto de vista marxista, é a ampliação das desigualdades esperadas com a globalização econômica, em vista do acirramento da concorrência que ela provoca. Marx mostrou de diferentes maneiras como a concorrência tende a levar à concentração e à centralização do capital, de um lado, e a produzir uma massa de trabalhadores desocupados, de outro (Marx, 1971).

Segundo Marx, o objetivo de lucro no capitalismo e a concorrência entre os capitalistas empurram os capitalistas individuais na direção do aperfeiçoamento dos métodos de produção na busca de aumento da produtividade que proporcionam, ampliação da mais valia gerada e superlucros decorrentes da diferença entre o valor social da mercadoria e o seu valor individual. O sucesso neste processo de concorrência é a garantia de maiores possibilidades de investimentos em métodos de produção ainda mais avançados, o que tende a ampliar as possibilidades de sucesso futuro. A batalha da concorrência é conduzida por meio de redução de preço das mercadorias, o que depende da produtividade do trabalho, e esta da escala da produção. A busca de método de produção aperfeiçoados e do aumento da escala da produção requer recursos não desprezíveis, e os mais bem sucedidos na concorrência em períodos anteriores tendem a ter maior probabilidade de sucesso no futuro. Assim, para Marx, “os capitais grandes esmagam os pequenos” (Marx, 1971, p.727) através de processos de concentração e centralização de capitais. O processo de acumulação do capital e de investimento dos lucros no processo de produção aumenta a concentração de riqueza e de meios de produção e de comando sobre o trabalho nas mãos dos capitalistas bem sucedidos. É o processo de concentração do capital que, segundo Marx, “é limitado pelo grau de crescimento da riqueza social” (Marx, 1971, p. 726). Ao mesmo tempo, observa-se o processo de centralização dos capitais, pelo qual os capitais grandes absorvem os pequenos. Neste caso, os capitais já existem e são apenas redistribuídos, processo que não está limitado nem pelo acréscimo da

riqueza social nem pelos limites da acumulação. “O capital se acumula aqui nas mãos de um só, porque escapou das mãos de muitos noutra parte”(Marx, 1971, p. 727). Quanto maior a concorrência, maior tende a ser a centralização dos capitais que reflete o sucesso de uns em desfavor de muitos ou o controle por poucos capitalistas de capital bem maior do que o seu próprio. Para este processo, segundo Marx, contribui de forma importante o desenvolvimento do crédito. Nas suas próprias palavras, “a concorrência e o crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização, desenvolvem-se na proporção em que se amplia a produção capitalista e a acumulação”. (Marx, 1971, p. 728).

Ora, o processo de liberalização econômica em escala mundial, que define a chamada globalização, não faz mais do que acirrar enormemente a concorrência, em especial a concorrência via queda de preços, e ampliar sobremaneira os fluxos financeiros e os mecanismos de crédito. Assim, cresceu também a centralização de capitais visível nas numerosas e mega fusões e aquisições pelo mundo afora. Os gastos com pesquisa e desenvolvimento, nas áreas de inovação e imitação, os custos elevados para a administração das redes de produção com fases e processos deslocados espacialmente, assim como os custos de instalação por vezes irrecuperáveis, são barreiras à entrada de empresas nos setores de ponta. São também a causa do sucesso maior das firmas que primeiro chegaram. Estes argumentos, como observa Chesnais (1994) foram analisados por diferentes autores, e justificam o crescimento enorme das fusões e aquisições globais. As tendências à concentração e à centralização do capital não são permanentes e irrevocáveis, como de resto nunca o são, para Marx, as os processos tendenciais em geral. Os processos apresentam sempre contratendências. Assim, é o próprio Marx quem afirma, ao falar dos movimentos de concentração e centralização do capital, que “ao mesmo tempo, frações dos capitais originais deles se destacam e funcionam como novos capitais independentes”(Marx, 1971, p. 726). Ele dá como exemplo de razões para isso a divisão das fortunas das famílias dos capitalistas, aumentando o número de capitalistas. O que se observa na globalização, todavia, por meio do acirramento da concorrência, é um movimento nítido de concentração e centralização do capital, não compensado pelas contratendências.

A concentração e a centralização de capitais são processos excludentes por eliminarem os capitalistas menores provenientes em grande parte de países menos desenvolvidos. A acumulação de capital e a concorrência que a permeia, para Marx,

conduzem também a outra forma de exclusão, no interior dos próprios países desenvolvidos: a geração de massa crescente de trabalhadores desocupados. Os novos métodos de trabalho que buscam aumentar a produtividade tendem a modificar a composição técnica do capital, reduzindo a parte variável que corresponde ao trabalho vivo, relativamente à parte constante dos meios de produção. Isto ocorre como decorrência da busca de maior controle do processo de trabalho pelo capitalista, visando a obtenção de maior taxa de mais valia, implicando em introduzir cada vez mais rápido os métodos de produção novos em substituição aos antigos e, assim, aumentando a participação do capital constante no total do capital empregado. Além disso, segundo Marx, “aumentando e acelerando os efeitos da acumulação, a centralização amplia e acelera as transformações na composição técnica do capital, as quais aumentam a parte constante às custas da parte variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho” (Marx, 1971, p. 729). É por isso que, segundo ele, “a acumulação sempre produz.... uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se deste modo, excedente” (Marx, 1971, p. 731). Trata-se de um exército industrial de reserva, que serve ao capitalismo para rebaixar salários e para atender a acumulação quando esta de novo dos trabalhadores necessitar, em períodos de crescimento.

Assim, quanto mais acirrada é a concorrência, como se constata quanto maior é a liberalização dos mercados, mais excludentes tendem a ser os resultados do processo de acumulação em termos de concentração do capital, centralização e aumento do desemprego. Além disso, como em regra os capitais são mais desenvolvidos e os trabalhadores são mais protegidos institucionalmente nos países desenvolvidos, a desigualdade tende a se ampliar também entre países. Vê-se, portanto, que o aumento das desigualdades e da instabilidade previstas com a liberalização pelos marxistas é decorrente da maior extensão que a liberalização permite à acumulação de capital e, com ela, dos problemas que lhe são inerentes. É isto que conduz Marx a se pronunciar sobre o *libre-échange* dizendo:

somos favoráveis ao comércio livre porque, com sua introdução todas as leis econômica com suas contradições mais gritantes agirão numa esfera mais ampla, sobre um território mais vasto, no mundo inteiro, e porque de todas estas contradições desencadearão uma luta que levará por sua vez à liberação do proletariado (*Karl Marx, Sa Vie, Son Oeuvre*, Moscou, Ed. Du Progress, 1973, citado por G. Caire, (1982, p. 657).

Este tipo de percepção de Marx de problemas provenientes do capitalismo e não da mera liberalização conduzem a que o papel defendido para o Estado, pelos marxistas, seja por vezes ambíguo e sempre difícil de ser apreendido. Como a origem do problema não está apenas no mecanismo de mercado, mas na lógica do próprio capitalismo, onde a produção de mercadorias e o mercado é apenas um traço característico, a mera introdução do Estado não resolve os problemas, embora possa ser vista por vezes como atenuador dos mesmos. Este tipo de tensão do ponto de vista político na obra do próprio Marx aparece na luta em dois *fronts* políticos: a necessidade de desaparecimento do Estado enquanto reproduzidor da dominação burguesa e uma prática operária do Estado.

Esta ambiguidade se reflete na diversidade de posições de marxistas sobre o Estado, que vão desde o receio da intervenção de um Estado com funções de interesse geral que, conforme Rosa Luxemburg (1975) coincidem com os da classe dominante, até idéias de um capitalismo organizado com o poder aumentado do Estado, considerado melhor adaptado que o capitalismo anárquico para prover as necessidades imediatas das massas. Entre estes extremos encontra-se uma posição que será privilegiada neste trabalho, que vê o Estado como necessário, dentro da própria lógica do sistema capitalista para, por exemplo, gerir as mercadorias especiais força de trabalho e moeda, mantendo uma autonomia relativa *vis à vis* a sociedade civil e a economia, o que não implica em ver os problemas resultantes da lógica capitalista como resolvidos (Brunhoff, 1982 e Mollo, 1990).

Neste tipo de visão cabe a percepção de que há riscos maiores para os trabalhadores quando o poder dos Estados nacionais se reduz em função da liberalização, razão suficiente para defender um maior papel regulamentador do Estado. Daí a defesa, por marxistas como Brunhoff (1997), da taxa Tobin para restringir a movimentação de capitais. O argumento, neste caso, é o de que as pressões que os trabalhadores podem exercer na esfera nacional perdem força real a nível externo, os resultados do liberalismo aparecem como inexorabilidades do mundo global e perdem os trabalhadores com este processo, e tanto mais quanto menos qualificados forem. Neste sentido é preciso observar com Brunhoff (1999), Que a tônica liberal e a “financeirização” observadas na globalização não estão desconectadas da luta de classes. O acirramento da concorrência e a financeirização, ao levarem ao desemprego e à deterioração das condições de trabalho, punem a classe

trabalhadora relativamente à capitalista.

## **2) Blocos Econômicos e a Globalização**

Parece paradoxal a intensificação da prática internacional de formação de blocos econômicos, num momento de expansão generalizada do processo de globalização, processo este entendido como de expressão concreta do liberalismo econômico. Aparentemente isso corresponde a uma reação defensiva dos países envolvidos no processo de globalização, com vistas a procurar uma melhor inserção no mesmo. A tendência é a proteção interna ao bloco *vis a vis* os demais países ou blocos, seja em vista de acordos mais favoráveis com o resto do mundo, seja para contar com um peso político mais importante nas negociações internacionais.

Contudo, há uma contradição latente em relação a essa prática que queremos analisar aqui: enquanto a formação de blocos corresponde a uma tendência ao fechamento das economias dentro do próprio bloco relativamente ao resto do mundo, ela corresponde a uma abertura ou uma liberalização muito mais intensas entre os países envolvidos na própria integração. Assim, tende-se a observar, no interior dos blocos regionais, os mesmos problemas colocados no item anterior como consequência da liberalização, seja em termos de instabilidade, seja no que se refere ao aumento de desigualdades. O objetivo desta parte do trabalho é, pois, destacar algumas conclusões da parte anterior, para discutir justamente as consequências esperadas dos blocos regionais que se referem a esta liberalização intra-bloco.

As análises liberais de blocos regionais, em consonância com as conclusões obtidas sobre a liberalização, costumam vê-los como interessantes desde que hajam ganhos líquidos no comércio, e apoiam-se em análises de fatores reais como criação ou desvio de comércio, complementariedade/substitutibilidade entre bens comercializados e diferenciais de custos. (Viner, 1950 e Lipsey, 1960). As análises monetárias e sobre uniões monetárias costumam ver poucos problemas nos processos de integração porque, por um lado, como já vimos, a integração corresponde à liberalização interna aos blocos, liberalização pregada como eficiente pelos liberais. Por outro lado, a concepção de moeda neutra a curto ou a longo prazo destes autores conduz a que não possam perceber efeitos permanentes de impulsões monetárias sobre as economias reais e, finalmente, o único efeito monetário permanente (e danoso), aquele sobre o nível geral de preços, é controlado em uniões monetárias porque estas têm regras estritas de emissão monetária para manter estável a

convertibilidade entre suas moedas ou a utilização da moeda única (Mc Kinnon, 1963 e 1988).

A visão marxista também segue o esperado pela análise da liberalização. Uma vez que ela tende a aumentar a instabilidade e a desigualdade, os problemas das integrações tendem a crescer com as desigualdades já existentes. Isto ocorre, por um lado, em vista da relação mencionada no item anterior entre a moeda nacional e as especificidades dos sistemas produtivos. Quanto maiores forem as diferenças observadas entre os sistemas produtivos, maiores tenderão a ser as tensões refletidas nas flutuações monetárias, e maiores tenderão a ser as dificuldades para aprofundar a integração até o estágio monetário ou para mantê-las, se já instituídas (Brunhoff, 1996). Por outro lado, as diferenças estruturais tenderão a ampliar as desigualdades entre os países do bloco, por meio dos processos de concentração e centralização de capital e tanto mais quanto maior for o desenvolvimento do sistema de crédito, o que ampliará, como consequência, o desemprego e tenderá a reduzir salários. Finalmente, a visão marxista atribui importância destacada às pressões políticas que possam se estabelecer no sentido de restringir as perdas para os assalariados, seja no que tange a emprego, salário ou participação relativa na sociedade. Neste sentido, o poder da classe assalariada tende a se fazer sentir mais quanto mais próximo e efetivo for seu poder de pressão em geral e eleitoral em particular, o que levanta a necessidade de discutir as organizações e representações internas aos países alvo da integração, inter-países e extra-países, e os poderes relativos dos trabalhadores nestas organizações/representações.

Quanto às visões pós-keynesianas, curiosamente, apresentam-se divididas. Por um lado, Davidson(1985, 1992-93) vê com bons olhos uniões monetárias baseadas na complementaridade entre os países e no fornecimento supranacional de liquidez que garanta o crescimento da região integrada. Esta percepção otimista é também a de Aglietta (1987, 1996), para quem o sistema precisa de regras coordenadas e estas são a base da integração monetária. Por outro lado, autores como Chick e Dow (1996) mostram-se céticos com relação às vantagens da integração, e isso fundamentado nas diferenças estruturais entre países. Quanto maiores forem tais diferenças, estas se traduzirão em diversas preferências pela liquidez que, como vimos anteriormente, tendem a provocar vazamentos de *finance* das regiões menos desenvolvidas, inibindo seu crescimento e aumentando as desigualdades.

Tendo em vista este pano de fundo, algumas observações podem ser feitas sobre



os blocos regionais, de forma a, por um lado, discutir as razões para a divergência pós-keynesiana e, por outro, a pertinência dos argumentos em geral.

No que tange ao argumento neoclássico, nós o descartamos em vista da conclusão a que conduz de maior estabilidade e igualdade ao longo do processo de liberalização. No primeiro caso, as crises financeiras observadas recentemente na Ásia e na América Latina, a partir justamente das mudanças liberais, falam por si mesmas. No segundo, os dados recentes apresentados pelo PNUD (1999) em termos de desigualdades de ganhos com a globalização, refletidas em crescimento de desigualdades de rendimentos dentro dos países mesmo os mais desenvolvidos e entre países ricos e pobres, concentração de renda, de riqueza e de poder econômico, falam por si só. Finalmente, os dados de investimentos diretos e fusões e aquisições a eles relacionadas no mundo todo (PNUD, 1999 e SOBEET, 1999), não deixam dúvidas quanto ao aumento das desigualdades futuras, desde que levemos em conta que os grupos mais bem sucedidos neste processo têm sido e tendem a ser os que chegaram primeiro, situados no mundo desenvolvido, o que tende a ampliar o hiato de desenvolvimento entre os mais e menos desenvolvidos.

Quanto às duas outras posições, usaremos aqui os argumentos do item 1 para nos posicionarmos sobre o debate entre pós-keynesianos e tirarmos conclusões sobre os processos de integração reais.

Embora tenhamos observado no item anterior que os autores de tendência pós-keynesiana e marxista concebem a ampliação da instabilidade e da desigualdade quando da liberalização cambial, Davidson e Aglietta, de tendência pós-keynesiana, propõem uniões monetárias, enquanto Chick e Dow resistem a esta idéia, assim como Brunhoff, de concepção marxista.

Examinemos as posições diferentes, chamando atenção para duas questões que nos parecem importantes: a da perda de poder dos Estados nacionais, e da relação de dependência a que os países dos blocos regionais se submetem de acordo com a moeda escolhida nas uniões monetárias.

Davidson (1985, 1992-93) propõe a reorganização do sistema monetário internacional com base nos Unionised Monetary Systems (UMS), que são definidos como sistemas onde os contratos são denominados numa única unidade monetária, ou em unidades diferentes desde que a taxa entre elas seja fixa, ou esperada constante ao longo do período dos contratos.

Dentro desta perspectiva, as regiões integradas poderiam ser consideradas tipos

puros de UMS, o tipo mais avançado de integração econômica. Ao propor a unificação dos sistemas monetários o autor tem em mente, inicialmente, a redução da incerteza associada a taxas de câmbio flutuantes e a especulação associada às mesmas. Isso pode ser observado em:

The most obvious advantage of a UMS is that there is one less uncertainty (unpredictability) that economic agents need worry about when they undertake long-term contractual commitments across regions, namely the uncertainty of exchange rates (and/or conversion cost changes) which can wipe out any expected profit for an entrepreneur. (Davidson, 1992, p. 83).

Além disso, o autor está preocupado com uma redistribuição de liquidez que amplie as possibilidades de crescimento e impeça déficits recorrentes. Davidson observa as semelhanças dos UMS em relação às regiões e faz sua análise dos UMS puros com base em regiões em situações econômicas diversas, sem, contudo, ver como problemáticas as diferenças entre as características estruturais nos dois sistemas. Ao fazer isso, ele aponta para os problemas que duas regiões, uma com superavit em sua balança comercial e outra com deficit, podem apresentar. Segundo ele, tende a haver um dreno de reservas bancárias da região deficitária para a superavitária, o que faz com que os bancos tendam a reduzir seus empréstimos nas primeiras, criando entraves ao processo de crescimento. Para Davidson, todavia, esses elementos podem ser contrabalançados pela ação do Estado, via redirecionamento de gastos para as regiões deficitárias, resolvendo, assim, o problema ocasionado pela assimetria na balança comercial de duas regiões.

If both region A and B are encompassed within the same national boundaries, then the central government's taxation and spending policy can act as a transfer device and help finance at least some, if not all, of the deficit indefinitely....The resulting money redistribution is likely to enhance the well-being of all nations's citizen's. (Davidson, 1992, p. 132-3).

Trata-se, pois, de uma visão das nações podendo redistribuir liquidez de forma a garantir o crescimento, tal como esta redistribuição se verifica no interior de um país. A formação da UMS viria a permitir justamente a formação de instituições que pudessem se engajar na imposição de impostos e na política de gastos necessária para reciclar a liquidez compensando sua falta em países deficitários, rompendo, assim, o

círculo vicioso em que o país que incorre em deficit tende a fazê-lo de novo por não contar com liquidez para reverter as forças especulativas que conduzem à contínua desvalorização de sua moeda.

Neste caso teríamos vantagens associadas aos UMS em termos de redução das desigualdades em relação aos NUMS. Contudo, quando se trata de formação de blocos econômicos a elaboração de políticas fiscais e monetárias compensatórias tende a ser mais problemática que em relação a regiões dentro de um mesmo país, como observam mesmo alguns autores associados ao próprio *mainstream*, e esse seria um dos entraves apontados às áreas monetárias ótimas ( Mundell ,1961, De Grawe ,1997).

Este tipo de perspectiva de Davidson se opõe à literatura de caráter heterodoxo de desenvolvimento, que observa uma tendência à divergência mais rápida entre regiões de um mesmo país do que entre países, exatamente porque o mercado age mais livremente no primeiro caso. Dentro da perspectiva pós-keynesiana, há uma certa convergência em termos de demonstrar que dentro dos países, exatamente porque há menos barreiras ao fluxo de capitais e moeda, a lógica de acumulação privada leva a um comportamento da esfera monetária que tende a aprofundar as desigualdades de desenvolvimento originais entre sistemas regionais estruturalmente muito diversos, sendo essa tendência mais acentuada entre regiões do que entre países (Chick e Dow, 1996).

A atuação do Estado nesses modelos pode reduzir o impacto dos mecanismos de mercado. Contudo, a tendência à ampliação das desigualdades trazidas pelo mecanismo de mercado continuam latentes, não sendo adequado considerar que a simples existência de um Estado nacional comum, vá alterar essa situação. Ele pode contrabalançá-la, mas faz isso enquanto elemento exógeno e contando sempre com dificuldades grandes do ponto de vista político, em virtude do caráter distributivo de sua ação. As forças endógenas que levam à divergência continuam presentes e é nelas que a análise deve estar centrada.

A definição de nação do ponto de vista econômico está muito associada à perspectiva de especificidades institucionais ligadas ao processo produtivo, barreiras ao fluxo de mercadorias, fatores e à existência de moedas diferentes, o que permite a existência de políticas econômicas diferenciadas. Quando se trata de um mesmo país, as diferenças entre regiões podem ser contrabalançadas por políticas regionais empreendidas pelo Governo Central. Isso já enfrenta obstáculos em uma nação, como

decorrência das perdas nas distribuições das receitas de impostos. Estes obstáculos tendem a ser muito maiores entre países, e tanto mais quanto maiores forem as diferenças entre os mesmos e quanto menor poder de pressão tiverem os países no sentido de garantir espaço para gerir suas especificidades. A definição de região econômica, por isso mesmo, está em geral associada a processos de acumulação de capital diferenciados, mantendo inter-relações econômicas livres entre os diversos sistemas regionais, de forma a respeitar ao máximo as especificidades. Finalmente, quanto maiores forem as desigualdades internas aos países, menor tenderá a ser o poder de pressão das categorias/regiões menos favorecidas nas discussões intra-bloco, sobretudo se as definições das autoridades do bloco forem técnicas e não politicamente representativas.

A formação dos referidos blocos regionais pode ter impactos estabilizadores ou instabilizadores, de acordo com os arranjos institucionais que permeiam o processo de integração, mas certamente haverá impactos redistributivos profundos internos aos blocos decorrentes exatamente da “liberalização” intensa a que os países do bloco são submetidos entre eles próprios, e qualquer redistribuição compensatória, via autoridade transnacional, terá que ser de grande porte para compensá-las.

Dentro desta perspectiva, mesmo quando ocorre uma redução da instabilidade decorrente da utilização de taxas de câmbio fixas internas ao bloco, ocorrem certamente novos arranjos institucionais que criam restrições financeiras em determinados segmentos. Estes podem ser mais profundos dentro de um referencial de taxas de câmbio fixas do que no caso de termos moedas diferentes com taxas de câmbio ajustáveis. Isto ocorre porque a taxa de câmbio fixa significa por si só uma regra automática que impede que os ajustes acomodem as especificidades de cada país, e isso exatamente porque este regime tira margem de manobra da política econômica em geral e da monetária em particular (Mollo e Silva, 1999).

Além disso, quanto mais profunda for a integração, maior será a dificuldade de contemplar especificidades. Assim, os problemas tendem a ser mais sérios num referencial de unificação monetária. Com a tendência ao aprofundamento desses blocos chegando ao nível da unificação monetária, já em vigor na União Européia, e em discussão, ainda que incipiente, nos demais blocos, observa-se a quase eliminação da noção econômica de nação e a transformação dessas economias nacionais em economias regionais.

Estas observações mostram a dificuldade de implementar um processo de

redistribuição de liquidez interna e, mais ainda, externa às nações. Neste último caso, constata-se a dificuldade política de, sem eliminação dos estados nacionais, estar a autoridade supranacional apta a cumprir tal papel redistributivo a nível do bloco integrado. Este tipo de crítica pode também ser endereçado a Aglietta (1986, p. 16-17). Ao discutir a necessidade de uma moeda internacional diferente do dólar, Aglietta vê “a necessidade de coordenações explícitas e regras que os Estados aceitem se impor que delimitem o campo de suas interações estratégicas” e que “baixem os custos de suas interdependências”. Assim, chama de moeda internacional “todo modo de organização das divisas nacionais que realiza esta centralização” superando as condições de sua diversidade. Vê, pois, como viáveis os acordos entre países independente da sua diferença estrutural, e prega, por isso, uma cooperação institucionalizada que sustente a organização monetária internacional (Aglietta, 1986, p.98). Em alguns casos, como em casos de redistribuição de recursos, pode não haver cooperação passível de ser negociada.

Um outro aspecto que deve ser mencionado é que o Estado, dentro da ideologia dominante na globalização, age cada vez mais pautado pela perspectiva liberal, o que reduz em muito a possibilidade da autoridade supranacional cumprir o papel anteriormente mencionado, redistribuidor de liquidez. Ou seja, concluir pela maior adequação dos UMS ou das integrações em geral, com base em um papel do Estado que não pode ser assumido como dado e que se mostra na ideologia dominante cada vez mais inadequado, parece extremamente problemático.

## **Conclusões**

As análises sobre a integração regional nos últimos anos têm privilegiado os aspectos referentes ao poder dos blocos regionais de melhor se imporem no processo de inserção na economia global. Embora este processo defensivo possa, de fato, melhorar a posição relativa global dos países envolvidos, é preciso, ao analisar os processos de integração, não esquecer os efeitos internos às próprias regiões envolvidas e o que esperar em termos de mudanças relativas internas aos blocos.

Dado o exposto neste trabalho podemos concluir a este respeito, em primeiro lugar, que o que se tem observado na prática é que a transição de integrações comerciais para monetárias, (ou de NUMS para UMS), como é o caso específico da Europa, tem suscitado discussões acaloradas acerca das tendências à convergência ou divergência de suas diversas unidades constitutivas, e tem levado à vitória dos países

mais eficientes do ponto de vista econômico, em desfavor dos interesses específicos de regiões, segmentos e dos grupos menos desenvolvidos.

Do ponto de vista pós-keynesiano, parece mais razoável pensar, por exemplo, em uma tendência intensa à concentração do sistema bancário nas áreas que já possuem um sistema mais avançado e no conseqüente aprofundamento da restrição de liquidez para as economias que já possuem uma menor disponibilidade da mesma, dadas suas características estruturais e seu menor desenvolvimento financeiro. Ou seja, a tendência à proteção do bloco *vis a vis* o resto do mundo, tende a expor as economias domésticas individuais a uma maior mobilidade de moeda e finanças que tende a ampliar os níveis de desigualdade dentro do bloco econômico. Nesse caso específico, já vimos, quanto maiores forem as diferenças estruturais (reais e financeiras) originais maior será a tendência à concentração da atividade econômica nas economias centrais (Chick e Dow, 1996). Do ponto de vista marxista, pode-se adicionar que este tipo de liberalização interna ao bloco, ao permitir maior concorrência, tende a ampliar a concentração e, se a integração envolver a área monetária, isto tenderá a incorporar instabilidade tanto maior quanto maiores forem as diferenças entre os países.

Em segundo lugar, um elemento fundamental a que nos remete essa discussão diz respeito ao grau de autonomia monetária característica de cada bloco econômico. O bloco econômico que se aproxima da noção de UMS é a União Européia que tem como moeda dominante o Marco, que é uma das três moedas determinantes da dinâmica monetária internacional. Portanto, o grau de autonomia monetária desse bloco é relativamente grande. No caso oposto estão os blocos formados pelas economias periféricas, em que o caso do Mercosul chama a atenção. Nesse caso, as discussões acerca da possibilidade de Unificação Monetária está sendo conduzida dentro de um marco mais amplo da adoção de *currency boards* e mais especificamente, no caso Argentino, do uso do Dólar como moeda nacional. Nesse caso, a discussão da formação de um UMS dentro do bloco, passa não só pela perda de autonomia em termos de política econômica interna aos países membros, como também pela perda de autonomia do bloco como um todo e da imposição de uma restrição de liquidez enorme a essas economias. Ou seja, a própria caracterização dos UMS pode ter implicações diversas caso se esteja trabalhando com economias centrais ou economias periféricas, o que é outra forma de analisar a tendência à desigualdade na formação de blocos regionais.

## BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. (1986) – *La Fin des Devises Clés*, Agalma/La Découverte, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1987) – “Des principes keynesiens pour organiser un pôle monétaire européen” em Zerbato *et alli*, *Keynesianisme et Sortie de Crise – Keynes contre le libéralisme*, Paris, Dunod, Bordas.
- AMADO, A (1997) - *Disparate Regional Development in Brazil – A Monetary Production Approach*, Ashgate, Aldershot, UK.
- AMADO, A e SILVA, L. A. S. (1999) – “Integração Monetário-Financeira no MERCOSUL”, em *Anais do XXVII Encontro Nacional de Economia – ANPEC*, Belém.
- BID (1999) – “América Latina Frente a la Desigualdad”, em *Progreso Economico y Social en América Latina*, Washington, BID, 1998/1999.
- BRUNHOFF, S (1996) – “L’instabilité monétaire internationale”, em *La Mondialisation financière – Genèse Cout et Enjeux*, Syros, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1992) – *Etat et Capital*, Maspero, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1996) – “The European Plan for the Creation of a Single Currency” em G. Deleplace e E. Nell (Ed.s.) – *Money in Motion – the Post Keynesian and Circulation Approach*, MacMillan Press / Martin Press, London/ New York..
- \_\_\_\_\_ (1997) – “L’euro, un compromis pour une Europe des marchés” em *La Monnaie Unique en Débat*, Syros, Paris.
- \_\_\_\_\_ (1999) – “Which Europe do we need now? Which can we get?”, em R. Bellofiore (Ed.) – *Global Money, Capital Restructuring and the Changing Patterns of Labour*, Edward Elgar, Cheltenham/Northampton..
- BUCHANAN, J. M. (1975) – *The Limits of liberty: Between anarchy and Leviathan*, The University of Chicago Press.
- BUCHANAN, N. E TULLOC, G. (1971) – *The Calculus of Consent*, The University of Michigan Press.
- CAIRE, G (1982) – “Libre-Échange” em Labica, G. e Bensussan, G (org.) *Dictionnaire Critique du Marxisme*, PUF, Paris.
- CEPAL (1999) – Estudio económico de América Latina y el Caribe, *Naciones Unidas*, Santiago do Chile.
- CHESNAIS (1994) - *La Mondialisation du Capital*, Syros, Paris
- CHICK, V. AND DOW, S.C., (1996)- Regulation and Differences in Financial Institutions, *Journal of Economic Issues*, Vol. XXX, N. 2.

- DAVIDSON, P. (1985) – “Propositions concernant la liquidité pour un nouveau Bretton Woods”, em A Barrère (org) , *Keynes Aujourd’hui: Théories et Politiques*, Paris, Economica.
- \_\_\_\_\_ (1992)- *International Money and the Real World*. St. Martin’s Press, New York.
- \_\_\_\_\_ (1992-93) – “Reforming the World’s Money”, em *Journal of Post Keynesian Economics*, vol. 15.
- De GRAWE, P. (1997)- *The Economics of Monetary Integration*. Oxford University Press, Oxford, 1997.
- DORNBUSCH, R. (1976) – “Expectation and exchange rate dynamics”, *Journal of Political Economy*, v. 84, p. 1161-76.
- (1999) – “ \_\_\_\_\_”, *Folha de São Paulo*, 31 de janeiro.
- DOW, S. (1993) - *Money and the Economic Process*, E. Elgar, Aldershot , UK.
- DUPAS, G. (1998) - “A lógica da economia global e a exclusão social”, em *Revista Estudos Avançados – USP*, vol. 12, n. 34, set-dez.
- FRIEDMAN, M.. (1968).– “ The Role of Monetary Policy” em *American Economic Review*, v.LVIII, march, n. 1.
- GUTTMANN, R (1996) – “A transformação do Capital Financeiro” em *Economia e Sociedade*, vol. 7, dezembro.
- HAYEK, F. V. (1960) – *The Constitution of Liberty*, Routledge and Keagan.
- HOWARD, M. C. & J. E. KING (1989) – *A History of Marxian Economics*, Princeton University Press, Princeton.
- KEYNES, J. M. (1970) – *Teoria Geral do Emprego do Juro e do Dinheiro*, Fundo de Cultura, Rio de Janeiro.
- KREGEL, J.A (1993)., Bank Supervision: The Real Hurdle to European Monetary Union, *Journal of Economic Issues*. Vol. XXVII, N. 2.
- KRUGMAN, P. (1998) – “Saving Asia, It’s Time to Get Radical”, *Fortune Investor*, 7 september.
- LIPSEY, R. G. (1960) – “The Theory of Customs Unions: a General Survey”, *Economic Journal*, Vol. LXX.
- LUCAS, R. (1972) “Expectations and the Neutrality of Money”, *Journal of Economic Theory*, 4, pp. 103-24.
- LUXEMBURG, R. (1975) - *Reforma, Revisionismo e Oportunismo*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.



- MANKIW, N.G. (1988) – “A Very Quick Refresher Course”, *Journal of Money, Credit and Banking*, agosto.
- MARX, K. (1971) - *O Capital*, Vol. I, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_ (1974) – *O Capital*, Vol. III, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro
- MARQUEZ, G. (1998) – “O desemprego na América Latina e no Caribe nos anos 90”, em *Seminário Ministério do Trabalho – OCE/BID*, dezembro.
- MATTOSO, J. e PORCHMAN, M. (1998) – “Mudanças estruturais e trabalho no Brasil”, em *Economia e Sociedade*, n. 10 junho.
- MC KINNON, R (1963) “Optimum currency Areas”, *Amerian Economic Review*, vol. 53, pp. 717-725, set..
- (1988) - ‘Monetary and Exchange Rates Policies for International Financial Stability: A Proposal’, *Journal of Economic Perspectives* vol. 2, No. 1: pp.83-103, Winter.
- MINSKY, H. (1980)- “ Capitalist Financial Processes and the Instability of Capitalism”, em *Journal of Economic Junes*, june,
- \_\_\_\_\_ (1982)-“The Financial Instability Hypothesis: Capitalist Financial Processes and the Behavior of the Economy” em Altmann e Sammetz (eds), *Financial Crises*, Jonh Willy& Sons, USA.
- MOLLO, M.L.R. (1989 a) – *Monnaie, Valeur et Capital Fictif*, Thèse de Doctorat, Paris-X - Nanterre, França.
- \_\_\_\_\_ (1989 b) - “O Pensamento Monetário de Hayek? Capital fictício e crises”, em E. Amadeo (org) *Ensaio de Economia Política Moderna: teoria e história do pensamento econômico*, São Paulo, Marco Zero.
- \_\_\_\_\_ (1990) – Estado e Economia: o papel monetário do Estado”, em *Estudos Econômicos*, vol. XX, n. 1, jan./abr..
- \_\_\_\_\_ (1997) – “Globalização da Economia: exclusão social e instabilidade monetário-financeira”, *Política Comparada*, maio-agosto, ano I vol. I, n. 2, 1997, Brasília.
- MUNDELL, R. A (1961)- “Theory of Optimal Currency Areas”, *American Economic Review*, Sept 1961;
- PLIHON, D. ( 1995) – “A ascensão das finanças especulativas”, *Economia e Sociedade*, Vol. 5 dezembro.
- PNUD (1999) – *Relatório do Desenvolvimento Humano*, ONU.

SHERIDAN, J.W.(1996)- “The Déjà Vu of EMU: Considerations for Europe From Nineteenth Century America”. *Journal of Economic Issues*, Vol XXX, N. 4

SOBEET , (1999) – *Carta da SOBEET*, janeiro.

VINER, J. (1950) - *The Customs Union Issue*, Nova York, Carnegie Endowment for International Peace.

WILLIAMSON, J. (1996) - *A Economia Aberta e a Economia Mundial: Um texto de economia internacional*, Rio de Janeiro, Campus.